

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2016 A ABRIL DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	164.897.857,23	75.869,44	164.973.726,67
Pessoal Ativo	146.717.538,24	63.045,30	146.780.583,54
Pessoal Inativo e Pensionistas	18.180.318,99	12.824,14	18.193.143,13
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	18.156.650,47	12.824,14	18.169.474,61
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.479.697,34	12.824,14	1.492.521,48
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.676.953,13	0,00	16.676.953,13
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	146.741.206,76	63.045,30	146.804.252,06

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			718.531.431.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV)*100		0,020422%	0,000009%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	0,042882%		308.120.648,24
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >	0,040738%		292.714.615,83
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - < % >	0,038594%		277.308.583,42


FONTE: SIAFI - SOF/TRT16 - 22/mai/2017 - 10h e 34min


Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.


Nota2: As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, que totalizaram R\$ 73.038,35, não foram computadas no Relatório, conforme orientação constante no Ofício-Circular Conjunto Nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF, e no Acórdão Nº 894/2012 - TCU - Plenário.


Nota3: As despesas relativas a Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV), cujo montante chegou a R\$ 3.792.290,89, também não foram registradas no Relatório, em cumprimento ao Acórdão Nº 2097/2011 - TCU - Plenário.


JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS
Desembargador Presidente


YONA GRACE SOUSA BARBOSA
Diretora Geral Em Exercício


DANILO LEITE GUIMARÃES
Secretário de Orçamento e Finanças Substituto


MARIA HELENA PINHEIRO BELO
Coordenadora de Controle Interno


LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 33, DE 22 DE MAIO DE 2017

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Des. FERNANDO DA SILVA BORGES

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2016 a ABRIL/2017

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.233.335.127,88	7.382.908,11	1.240.718.035,99
Pessoal Ativo	957.414.981,35	6.784.652,36	964.199.633,71
Pessoal Inativo e Pensionistas	276.220.146,53	598.255,75	276.818.402,28
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
Despesas não Computadas (§ 1º do art. 19 da LRF - (II))	242.508.580,06	1.691.099,24	244.199.679,30
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	42.418,07	0,00	42.418,07
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	7.267.923,71	1.691.099,24	8.959.022,95
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	235.198.238,28	0,00	235.198.238,28
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	990.826.547,82	5.691.808,87	996.518.356,69

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			718.531.431,00/0,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100	0,137895%	0,000792%	0,138688%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,255192%		1.833.649,100/0,03
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,242434%		1.741.966,645/0,02
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,229675%		1.650.284,190/0,02

Notas:

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64. 2. Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram incluídas:

a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 13.564.000,63.

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 4.684.138,87.

3. Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006 - TCU - Plenário, não foi incluído o valor de R\$ 3.225.913,22 referente a "Precatórios da Administração Indireta".

GUSTAVO FACHIM
Odeador de Despesas com Pessoal

ADLEI CRISTIAN CARVALHO PEREIRA SCHLOSSER
Diretor Geral

SINVAL ALVES FERNANDES
Responsável p/ Controle Interno

FERNANDO DA SILVA BORGES
Desembargador Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

PORTARIA Nº 484, DE 23 DE MAIO DE 2017

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Determinar a publicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do Anexo I - Demonstrativo de Despesa Com Pessoal, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal de que trata os artigos 54 e 55, inciso I, alínea "a" - anexo I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, relativo ao período de maio/2016 a abril/2017, na forma do quadro anexo. Dê-se ciência. Publique-se no site deste Regional.

Des. JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/urn/urn:brasil:icid:html>, pelo código 00012017052400083

ANEXO I

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO* (1 = SIM 2 = NÃO) 2

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2016 A ABRIL DE 2017

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		Total (c) = (a) + (b)
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	164.897.857,23	75.869,44	164.973.726,67
Pessoal Ativo	146.717.538,24	63.045,30	146.780.583,54
Pessoal Inativo e Pensionistas	18.180.318,99	12.824,14	18.193.143,13
Outras despesas de pessoal decorrentes de contrato de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do Art. 19 da LRF) (II)	18.156.650,47	12.824,14	18.169.474,61
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.479.697,34	12.824,14	1.492.521,48
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.676.953,13	0,00	16.676.953,13
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	146.741.206,76	63.045,30	146.804.252,06
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			718.531.431,00/0,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,0204222%	0,0000099%	0,020431%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= %>	0,042882%		308.120.648,24
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= %>	0,040738%		292.714.615,83
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <= %>	0,038594%		277.308.583,42

FONTE: SIAFI - SOF/TRT16 - 22/mai/2017 - 10h e 34min

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64. Nota 2: As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, que totalizaram de R\$ 73.038,35, não foram computadas no Relatório, conforme orientação constante no Ofício-Circular Conjunto Nº 16/SEAF/SOF/MP-SUCON/STIN/AF, e no Acórdão 894/2012 - TCU - Plenário.

Nota 3: As despesas relativas a precatórios e requisições de pequeno valor (RPV), cujo montante chegou a R\$ 3.792.290,89, também não foram registradas no Relatório, em cumprimento ao Acórdão 2097/2011 - TCU - Plenário.

Des. JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS
Presidente do Tribunal

YONA GRACE SOUSA BARBOSA
Diretora-Geral
Em Exercício

DANIEL LEITE GUIMARÃES
Secretário de Orçamento e Finanças
Substituto

MARIA HELENA PINHEIRO BELO
Coordenadora de Controle Interno

LAENA TICIENE SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

PORTARIA Nº 59, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre o Crédito Adicional Suplementar de dotações orçamentárias ao orçamento analítico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para o exercício de 2017.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas funções legais e regimentais,

Considerando a competência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em aprovar seu Plano de Trabalho, Orçamento e Respostas Modificações e as operações de crédito e baixa de bens móveis previstas no inciso XX do Art.17 da Resolução CFC nº 1.370/2011 e no inciso VI do Art. 12 da Resolução CFC nº 1.458/2013;

Considerando o que preceitua a Resolução CFC nº 1.161/2009, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, de 13 de fevereiro de 2009, e a Lei nº 4.320/1964;

Considerando a Resolução CFC nº 1.517/2016, que aprovou o orçamento do CFC para o exercício de 2017;

Considerando a necessidade de suplementar a despesa estimada anteriormente, para corrigir a falta de previsão no planejamento para o exercício de 2017, resolve:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.